
SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams

Culture and Social Transformation: Gramsci, Thompson and Williams
Cultura y transformación social: Gramsci, Thompson y Williams

Verônica Moreira Oliveira¹

<https://orcid.org/0009-0008-0809-7376>

Recebido em: 19/09/2024

Aprovado em: 08/10/2024

É nítido que, na era digital, vivemos transformações na produção e no consumo, na educação e na cultura, na sociabilização, na participação política e nos modos de vida em geral. Com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), os acessos são facilitados, assim como a manipulação e o controle são intensificados. Como devemos pensar as relações sociais e as lutas de classe nesse contexto? A obra “*Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams*”,² das professoras e pesquisadoras Angela Maria Souza Martins e Lúcia Maria

1 Especialista em Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. Especialista em Arte-Educação e Tecnologias Contemporâneas pela UnB. Bacharel e licenciada em Artes Visuais pela UnB. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8962742900822654>>. E-mail: <veronicasersocial@gmail.com>.

2 MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams**. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

Wanderley Neves, é um instrumento didático para pensar a centralidade da educação, da cultura e da comunicação na formação das relações sociais e seu potencial no necessário processo de transformação social.

As autoras começam, no capítulo 1, com a contextualização da “Era de Ouro” em países capitalistas, no pós-Segunda Guerra Mundial. Destacam que importantes mudanças nos modos de vida vieram acompanhadas pela intensificação das contradições entre o trabalho socialmente produzido e a apropriação privada da riqueza, entre a prática coletiva da política e a apropriação do poder por pequenos grupos e entre a organização histórica e coletiva dos símbolos, os valores sociais e a apropriação e difusão seletiva da cultura.

Em breve retrospectiva das principais mudanças econômicas e políticas que ocorreram no capitalismo monopolista do século XX, as autoras apresentam os contextos de vida dos pensadores estudados no livro: Antonio Gramsci (Itália, 1891–1937), Edward Palmer Thompson (Grã-Bretanha, 1924–1993) e Raymond Henry Williams (País de Gales, 1921–1988), mostrando como os três perceberam a importância da educação e da cultura para a transformação social.

No capítulo 2, as autoras apresentam as tradições do materialismo histórico, citando expoentes como Lênin, Stálin, Bukharin, Lukács e Rosa Luxemburgo, fazendo um contraponto entre o materialismo histórico clássico e o materialismo histórico humanista, com foco nas contribuições dos três autores centrais do livro.

As autoras destacam que Gramsci criticou o economicismo e defendeu a importância das atividades humanas nos processos sociais. Para ele, no processo hegemônico, os mecanismos ideológicos são instrumentos diferenciados de dominação, os quais não atuam pela coercitividade, mas sim pelo consenso, sendo que a classe dominante defende as suas verdades e seu espaço pelo convencimento ideológico.

Thompson também criticou a primazia da economia e defendeu que o processo social deve ser analisado em sua totalidade na perspectiva da reciprocidade, pois os aspectos da formação sócio-histórica se intercomunicam. Entendendo que é a partir das relações humanas que as classes se efetivam, Thompson propôs a compreensão dos processos históricos a partir da “agência humana”.

Williams, concordando com as críticas de Gramsci e de Thompson sobre a visão dicotomizada da realidade, reconheceu a importância da

cultura para a compreensão das dinâmicas sociais e colocou a atividade humana no cerne do materialismo histórico. Para Raymond, a consciência é uma das forças produtivas centrais do ser social e os processos de dominação de classe se dão também pela reprodução dos modos de ser e da consciência.

A partir das contribuições dos três teóricos, as autoras destacam a importância dos processos culturais, políticos e ideológicos nas relações de produção e reprodução social e enfatizam que o materialismo histórico deve ser compreendido no âmbito das experiências, das ações e das relações humanas, dentro da cultura do que é vivido.

No capítulo 3, Martins e Neves abordam o consenso entre os três autores supracitados, destacando que a cultura é não só a força produtiva que desenha as relações sociais e a dominação de classe, mas também o elemento propulsor de transformação social.

Ao criticar as concepções marxistas que limitam o entendimento das atividades superestruturais às atividades econômicas, compreendendo a importância da subjetividade para o processo de transformação social, Gramsci destacou a centralidade da cultura na organização da sociedade. Nessa perspectiva, delineou o marxismo humanista e defendeu uma revolução cultural para a construção da contra-hegemonia, na qual as classes subalternas realizariam uma reforma intelectual e moral.

Thompson compreendeu que a classe é uma formação, além de econômica, também cultural. Ele destacou a importância da “agência humana”, isto é, da experiência, nos processos de transformação social. A partir de estudos sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson projetou o socialismo humanista, que deveria ser focado na reconstrução da natureza humana, por meio da garantia das condições de vida e, de modo especial, da ampliação das satisfações culturais.

Concordando com Gramsci e Thompson, Raymond Williams entendeu a cultura como uma prática intelectual inerente a todos os seres humanos. Defendendo a inseparabilidade de estruturas como política, arte, economia e família, ele teorizou o materialismo cultural, a fim de destacar a centralidade da atividade humana na construção e na transformação das relações sociais.

Williams recorreu ao conceito gramsciano de hegemonia para abordar a combinação de forças políticas, culturais e sociais que configuram a desigualdade entre as classes sociais – burguesia e proletariado.

Ele denunciou o controle, por uma minoria detentora do poder, dos meios de produção, de divulgação ou comunicação e do acesso aos bens culturais. Como alternativa, Raymond propôs o que chamou de *longa revolução*: longa no sentido do tempo, mas também no sentido de ampla, pois afetaria todo o modo de vida, isto é, a economia, a educação, a comunicação, a organização do Estado e os modos de pensar.

No capítulo 4, as autoras explanam sobre a educação enquanto prática cultural que geralmente atua para a difusão das relações sociais hegemônicas, mas que também tem potencial para a transformação social. Na sociedade da cultura urbano-industrial nascente, a educação formal estava dividida entre a “escola clássica” (que preparava a classe dominante e os intelectuais para a vida política) e a “escola profissional” (que preparava as classes instrumentais para as necessidades da indústria e para a conformação subalterna). Por isso, Gramsci criticou o modelo formativo do Estado capitalista e propôs a escola unitária, apresentando um projeto educacional orgânico, no qual haveria uma formação única para todas as classes, uma escola que deveria acontecer em tempo integral e ser pública. Acreditava que, assim, a educação seria capaz de realizar uma reforma intelectual e moral e contribuir para a construção de relações socialistas.

As autoras pontuam que Thompson trouxe a noção de experiência para a centralidade da prática educacional, problematizando o confronto entre a cultura letrada e a cultura popular e defendendo a relação dialética na prática educacional, na qual tanto o educador quanto o educando compreendem a realidade a partir do reconhecimento das especificidades das experiências de cada um deles.

Ao longo dos 17 anos em que atuou na educação de trabalhadores, Thompson se afastou cada vez mais da erudição universitária tradicional e propôs um novo tipo de escolarização: o “departamento extramuros”, focado em projetos de extensão e na prática social das teorias que deveriam acontecer na comunidade.

Assim como Gramsci, Thompson destacou o papel fundamental da educação na sedimentação de valores e práticas culturais de controle social, muito presente na formação da classe operária inglesa, por meio da distinção entre a cultura letrada e a cultura popular, ao perceber que os trabalhadores que não dominavam a erudição eram desqualificados, ao passo que os que adquiriam a cultura letrada fragilizavam o seu

vínculo com os seus pares.

É interessante pensar que o processo de erudição de pessoas de origem subalternizada ainda tende a distanciá-las de seus vínculos com suas comunidades, expropriando as pessoas de sua identidade intelectual. Trata-se de um sintoma que foi apontado também por Williams como reflexo da perspectiva hegemônica e colonialista, que desvaloriza as culturas populares.

A partir das conhecidas afirmações “a cultura é algo comum” e “a educação é algo comum”, Williams defendeu que a educação deveria acontecer no meio da comunidade, mantendo a coesão social. Em suas reflexões sobre a democratização da educação e da cultura, Williams reconheceu a importância dos sistemas de comunicação modernos (o rádio, o cinema e a televisão) para a formação da nova sociabilidade.

Williams fez importantes teorizações sobre o conceito de comunicação, desde a distinção entre os modos de comunicação que se baseiam nos recursos humanos imediatos (como a fala) e os modos de comunicação intermediados por material não humano (como o megafone, os gravadores, o rádio e a televisão), até reflexões sobre a relação entre o poder e a comunicação. Assim, o autor demonstrou que os modos de comunicação intermediados pelo trabalho implicam uma seletividade baseada na divisão de classes, em que conteúdos hegemônicos são privilegiados e produções de artistas e intelectuais independentes são marginalizadas.

Acreditando, contudo, que a comunicação é um processo comunitário, Williams propôs um sistema democrático de comunicação, cujos meios de comunicação seriam propriedade de toda a sociedade.

Ao final da leitura do livro, algumas questões ficaram latentes: como atualizar as problematizações sobre comunicação abordadas por Williams para os tempos de hoje, uma vez que vivemos em uma época de computadores pessoais e redes sociais? Que desafios os novos tempos impõem à educação e à cultura? As TIC, intensamente presentes na vida hodierna, têm servido, sob novas formas, à manutenção das classes hegemônicas, mas, por outro lado, rompem com o monopólio da comunicação, permitindo uma multiplicidade de vozes e novos arranjos com vistas a uma “longa revolução em direção a uma democracia educada e participativa”.